

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2.926/88

Apelante: Hans Schneider
Apelada: Leticia dos Anjos Schneider
Relator: Desembargador Thiago Ribas Filho

Separação de corpos. Extinção do processo por não haver sido proposta a ação principal no prazo de 30 dias a contar da concessão e efetivação da medida liminar. Acerto da decisão, desprovendo-se apelo onde se pretendeu solução definitiva da cautelar para, a partir daí, ser contado prazo para promover ação de divórcio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 2.926/88, em que é Apelante *Hans Schneider* e Apelada *Letícia dos Anjos Schneider*,

Acordam os Desembargadores que integram a *Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, por unanimidade de votos, em *negar provimento* ao recurso, pelos seguintes fundamentos:

A hipótese é a de apelação contra a decisão de fls. 19 e verso, onde foi julgada extinta medida cautelar de separação de corpos, promovida por *Hans Schneider* contra *Leticia dos Anjos Schneider*, por não haver sido promovida a ação principal de dissolução do casamento no prazo concedido na lei.

Sustenta o Recorrente que o prazo de 30 dias só começaria a correr da data do trânsito em julgado da sentença que acolhesse o pedido, pedido este que fez com vistas a caracterizar o marco inicial do lapso de tempo para a propositura do divórcio, e pede a anulação do decisório para prosseguimento da cautelar.

Contra-razões às fls. 23/4 e manifestações do Ministério Público, no sentido do desprovimento do recurso, às fls. 26 e verso e 35/7.

Tudo ponderado:

Sem razão o Apelante.

A sentença está correta diante da disposição do artigo 806, do Código de Processo Civil, de que "cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório" e da do 808, I, seguinte, que determina a cessação da medida se não promovida dita ação.

No caso, é o próprio Apelante quem admite haver-se efetivado a separação, o afastamento do lar, deferido em 12 de fevereiro de 1988 (fls. 10).

A pretensão de que prosseguisse a cautelar, até que se prolatasse sentença definitiva, para efeito de, a partir daí, ser contado o lapso de tempo necessário à promoção do divórcio, não se justifica e, sobre a matéria, acertados foram os pronunciamentos do Ministério Público às fls. 26 e 35/7.

Em razão disso, negou-se provimento ao recurso.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1988.

Des. Pecegueiro do Amaral
Presidente e Revisor

Des. Thiago Ribas Filho
Relator